

Escravidão urbana de pequena escala: a presença africana em Petrópolis durante o século XIX

Small-scale urban slavery: the African presence in Petrópolis during the 19th century

João Victor Pires*

<https://orcid.org/0000-0002-7173-2191>

Resumo

Este artigo propõe repensar a presença de escravizados no século XIX em Petrópolis, situada na província do Rio de Janeiro, a partir de uma perspectiva em que se analisa a cidade em simbiose com a capital do império, a cidade do Rio de Janeiro. Em contraste com a maior parte dos estudos sobre Petrópolis no Oitocentos e com os relatos dos viajantes da época, a análise da imprensa petropolitana permite identificar uma cidade que reproduziu no seu interior algumas das principais características da escravidão urbana brasileira.

Palavras-chave: Petrópolis; Escravidão urbana; Imprensa; Século XIX.

Abstract

This article aims to rethink the presence of enslaved individuals in Petrópolis in the 19th century from a perspective that analyzes the city in symbiosis with the capital Rio de Janeiro. In contrast to most studies about the city in the 19th century and the accounts of travelers of the time, the analysis of the press allows us to identify a city that reproduced some of the main characteristics of Brazilian urban slavery.

Keywords: Brazilian slavery; Urban Slavery; Press; Nineteenth-century.

Introdução

Em um dos primeiros guias de viagem publicados no Brasil, Carlos Augusto Taunay esboçou um cenário bucólico de Petrópolis, que, para o francês, merecia o título de “paraíso terrestre” e “morada da saúde e do bem-estar”. A dada altura, o autor refere que a “benevolência das relações não para em nenhum dos degraus da escada social”. Isso porque, segundo Taunay, em

* Doutorando em História Moderna e Contemporânea pelo ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.
E-mail: jvrpires@gmail.com

Petrópolis “o escravo é dócil, o dono complacente; não se ouve grito nem pancada”¹. Estamos diante de uma das poucas citações à escravidão na cidade feita por um visitante do século XIX. Parece-nos, no entanto, que faltou ao observador francês examinar mais de perto o cotidiano petropolitano da época, que, conforme defendemos neste artigo, foi uma espécie de reprodução em pequena escala da escravidão urbana oitocentista.

Conforme sugere Robert Slenes, não podemos confiar cegamente no olhar “enviesado e míope” dos observadores estrangeiros e dos brasileiros “bem-nascidos”². Em seu estudo, Slenes inverteu a visão que o francês Charles Ribeyrolles teve sobre a mentalidade dos escravizados³. As análises dos viajantes, sobretudo no que se refere às camadas desfavorecidas, devem ser utilizadas com cuidado e questionadas, para não reproduzir silenciamentos e olhares viciados. O mesmo Ribeyrolles esteve em Petrópolis em 1858, observando que “algumas habitações burguesas ostentam aqui e acolá fachadas de dois andares”. Na sua interpretação, “não há ali cidade, no verdadeiro sentido da palavra”, mas identificou uma “prosperidade relativa de Petrópolis, em face de outras colônias brasileiras”. Sobre a presença africana, pouco a dizer: referiu “pretos, mulatos e portugueses” nos trabalhos de criação da Povoação-Palácio – que decorreram anos antes da sua visita à cidade – e revelou gostar “mais em Petrópolis das simples varandas que dos peristilos, e das flores mais que dos muros, o que aliás condiz melhor quando se tem pretas lavadeiras que estendem, coram e secam a roupa embaixo da casa”⁴.

Para o caso de Petrópolis, não se trata apenas da necessidade de inverter a visão de Taunay, mas também de preencher um vazio deixado pelos relatos de viagens. É que os viajantes oitocentistas em Petrópolis, sempre preocupados com as características da cidade que contrastavam com o Rio de Janeiro, sobretudo o clima, praticamente ignoraram a escravidão, como o fez Ribeyrolles. Se no Rio de Janeiro os observadores estrangeiros relataram extensivamente a presença africana, o mesmo não se verificou na serra. O fato da cidade de verão do imperador Dom Pedro II não ter tido uma escravidão da dimensão da Corte pode justificar esta ausência, uma vez que todos os

¹ TAUNAY, Carlos Augusto. *Viagem Pitoresca a Petrópolis*. Rio de Janeiro, Eduardo & Henrique Laemmert, 1862, p. 38.

² SLENES, Robert. *Na senzala uma flor – Esperanças e recordações na formação da família escrava*. Campinas, Editora da Unicamp, 2011, p. 140.

³ Enquanto o francês negava que a família pudesse fazer parte da vida dos escravizados, Slenes identificou fortes resistências culturais africanas entre os cativos para criar relações familiares e novos significados ao cativo, ancorados, por exemplo, em valores ancestrais transportados para o Brasil.

⁴ RIBEYROLLES, Charles. *Brasil Pitoresco*. Tomo II. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1859, p. 145 e 152.

viajantes que foram a Petrópolis passaram antes pela capital imperial. No Rio de Janeiro, a escravidão era evidente para os observadores estrangeiros. Em Petrópolis, talvez fosse necessário um maior esforço analítico para observá-la, esforço que o olhar “miope” estrangeiro talvez não estivesse disposto a exercer. Não podemos, no entanto, reproduzir este silenciamento nos estudos sobre a Petrópolis do século XIX.

A historiografia sobre a cidade tem demonstrado alguns esforços para recuperar a sua história africana⁵, mas, em geral, permanece ainda muito ancorada na ideia de “cidade mais europeia do Império”⁶. Em grande parte, as pesquisas sobre a sua gênese destacam a contribuição europeia, sobretudo alemã⁷, mas também portuguesa⁸. Não existia nenhuma cidade no Brasil “somente constituída por colonos europeus e brancos”⁹, mas em Petrópolis a presença dos africanos e descendentes não é difundida e pouco se estuda a este respeito no contexto histórico, conforme já diagnosticado por Camilla Cardoso¹⁰.

O século XIX foi um período de forte regulação de condutas e posturas e, neste cenário, a elite procurava fazer do trabalho escravo algo “transparente

⁵ CARDOSO, Camilla Vieira Sayão. *Africanos e descendentes na sociedade petropolitana (1866-1886): principais aspectos da saúde e da doença*. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, Fiocruz, 2022; DIAS, Paola Vanessa Gonçalves. *Do apagamento à fala pública: a memória negra em Petrópolis a partir da trajetória do Quilombo da Tapera*. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2016; SILVA, Lucas Ventura da. *Movimentando a abolição: sociabilidades, emancipação e liberdade na Petrópolis imperial (1884-1888)*. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2023.

⁶ MAUAD, Ana Maria. “Imagem e auto-imagem do Segundo Reinado”. In NOVAIS, Fernando A. (org.). *História da vida privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

⁷ AULER, Guilherme. *Famílias Germânicas da Imperial Colônia de Petrópolis*. Petrópolis, Tribuna de Petrópolis, 1962; COPELLO, Jorge Olmar Marialva. *Emigrantes Alemães e a sua inserção no processo histórico de formação da Povoação-Palácio de Petrópolis (1845-1886)*. Niterói, Dissertação de Mestrado, UNIVERSO, 2009; PEDROSO, Margarida Maria Mendes. *Petrópolis: De Povoação-Colônia a Elevação à Categoria de Cidade: Um estudo sobre sua Formação Urbana*. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, PUC-Rio, 2014; RODRIGUES, Maria das Graças Duvanel. “Os Imigrantes alemães e a construção da educação na Petrópolis colônia”. In Luchese, T. A.; Kreutz, L. (Org.). *Imigração e educação no Brasil: histórias, práticas e processos escolares*. v. 1. Santa Maria, UFSM, 2011; SOUZA, Beatriz Cristina Pereira de. *Os nomes geográficos de Petrópolis/RJ e a imigração alemã: memória e identidade*. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

⁸ ANGELO, Elis Regina Barbosa. “Os portugueses na formação de Petrópolis, cidade imperial: marcas, expressões e memórias urbanas”. In *População e Sociedade*, Porto, 2016, vol. 25, pp. 87-104; MULLER, Mariza. *Os Portugueses na Formação de Petrópolis*. Edição do autor, 2019.

⁹ SCHWARCZ, Lilia; GOMES, Flávio dos Santos. “Introdução”. In *Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo, Companhia das Letras, 2018.

¹⁰ CARDOSO, Camilla Vieira Sayão. *Africanos e descendentes na sociedade petropolitana (1866-1886): principais aspectos da saúde e da doença*. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, Fiocruz, 2022, p. 28.

e silencioso”¹¹. Por ser uma região ocupada pela elite próxima à estrutura imperial, não surpreende que Petrópolis tenha passado por este esforço de silenciamento. Fundada em 1843 como Povoação-Palácio de Petrópolis, a região foi projetada para servir de instalação de verão e repouso ao imperador, sendo a partir de 1845 inicialmente povoada por milhares de alemães que chegaram na sequência de um contrato do governo fluminense com o comerciante Charles Delrue, vice-cônsul do Brasil em Dunquerque. Concluído o palácio em 1856, D. Pedro II, que desde 1849 já se hospedava regularmente no edifício em obras, passou a permanecer longas temporadas na cidade. Os nobres e diplomatas que o rodeavam decidiram construir residências no entorno¹², surgindo assim uma espécie de capital de verão.

O estatuto de residência de verão faz com que Petrópolis, nas palavras de Roderick Barman, não possa ser estudada isoladamente no século XIX, pois a relação da cidade com o Rio de Janeiro deixa claro que a “capital nacional e a residência de verão existiam em conjunto e virtualmente em simbiose”¹³. Apesar do autor praticamente não mencionar a escravidão na sua análise, a sua perspectiva permite refletir melhor sobre este tema. É que uma região que tem o seu cotidiano em simbiose com aquela que representou a maior cidade escravista do século XIX, certamente não viveu e nem se desenvolveu sem a presença do sistema escravista. Além disso, a conectividade de Petrópolis não era apenas com a capital, mas também com regiões próximas como Paraíba do Sul e Vassouras, estando inserida no eixo Rio de Janeiro-Vale do Paraíba-Minas Gerais, que, após o fim do tráfico atlântico de escravizados em 1850, “foi fundamental para a preservação do cativo nos quadros do Estado nacional brasileiro”¹⁴. Defendemos neste artigo que a presença de negros escravizados, livres e libertos em Petrópolis foi maior do que aquilo que se tem imaginado. E, neste quadro, sua história precisa ser repensada em prol de uma visão que identifique estas populações como pertencentes à construção histórica da cidade.

¹¹ SCHWARCZ, Lília. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, pp. 116 e 195-205.

¹² MAURO, Frédéric. *O Brasil no tempo de Dom Pedro II*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p. 190.

¹³ BARMAN, Roderick. “Imperial Cities and Seasonal Residences: Petrópolis, Summer Capital of Brazil (1843–1889), and its European Counterparts”, In *The Court Historian*, London, 2008, vol. 13, n.º 1, p. 20.

¹⁴ PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826–1865*. São Paulo, Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 2009, p. 243.

Repensando a presença africana em Petrópolis

Os relatos de viajantes sobre a escravidão em Petrópolis são residuais. Passamos a citar alguns, a começar pelo pastor presbiteriano norte-americano James Fletcher, que visitou o Brasil nos anos 1850 e fez uma crítica ao que classifica como deterioração moral dos alemães em Petrópolis. Para o missionário, o “colono degradado” se colocava acima do africano, mas absorvia os “vícios” deste último no modo europeu, alcançando, na sua visão, um “grau mais baixo do que o negro”¹⁵. Na interpretação enviesada de Fletcher, bastante representativa do pensamento da época, os alemães estavam a decair moralmente em Petrópolis por causa da falta de um povo moral ao seu redor.

Em 1854, Marguerite Tollemache visitou Petrópolis, ficando hospedada no Quarteirão Presidência. A inglesa retratou em seus desenhos alguns cenários da região e numa dessas obras três crianças negras são protagonistas – não se sabe se escravizadas ou livres¹⁶. José Nicolau Tinoco, um repórter brasileiro que detinha grande proximidade com a corte de D. Pedro II, refere em 1885, no seu *Petrópolis – Guia de Viagem*, que a enfermaria do Hospital Santa Tereza admitia escravos a 1\$200¹⁷. Filho de britânicos e nascido no Brasil, Tomas Cameron, em 1879, ao falar do mesmo hospital no texto *Os Estabelecimentos úteis de Petrópolis*, refere dezenas de escravizados tratados no espaço¹⁸.

O nosso último exemplo é o da espanhola Carmen Oliver de Gelabert, que viajou a Petrópolis em 1870 para visitar o filho, Sebastien, que estudava no Colégio Kopke¹⁹. A autora de *Viaje Poética a Petrópolis* admite na sua escrita

¹⁵ KIDDER, Daniel P.; FLETCHER, James. *Brazil and the Brazilians: portrayed in historical and descriptive sketches*. Philadelphia, Childs & Peterson, 1857, p. 301.

¹⁶ O indício de que o desenho foi feito em Petrópolis está na assinatura, onde se lê “Presidência”. Noutras obras a artista citou “Presidência, Petrópolis” no título, como em *View from my Bedroom Presidencia Petropolis*. Os desenhos estão no Acervo do Instituto Moreira Salles, em www.brasilianaiconografica.art.br/autores/18800/marguerite-tollemache.

¹⁷ TINOCO, José Nicolau. *Petrópolis – Guia de Viagem*. Rio de Janeiro, L. Winter, 1885.

¹⁸ CAMERON, Tomas. *Os Estabelecimentos úteis de Petrópolis*. Petrópolis, Tipografia de B. P. Sudré, 1879.

¹⁹ Estabelecimento localizado na Rua Nassau, atual Av. Piabanha. Este foi “o primeiro colégio particular estabelecido em Petrópolis”, tendo sido em 1848 que Henrique Kopke “tomou conta do edifício construído no quarteirão Nassau”, com a instituição, inaugurada em 1850, por muitos anos “merecendo conceito e dando instrução sólida, intelectual e moral a muitos brasileiros que ocuparam distintos cargos na sociedade”. (RAFFARD, Henri. “Jubileu de Petrópolis”. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Tomo LVIII, parte II, 1895, pp. 101-102). André e Antônio Rebouças estudaram no Kopke (GOMES, Flávio dos Santos; SCHWARCZ, Lília Moritz. “André Rebouças”. In *Enciclopédia Negra*. São Paulo, Companhia das Letras, 2021, p. 51). De acordo com Carlos Fróes, Henrique Kopke era português de nascimento com origem germânica. Três anos antes, Henrique obtivera uma carta de naturalização brasileira, ao que tudo indica, para se qualificar, ante a legislação do país, ao exercício da direção de um colégio (FRÓES, Carlos. *A família Kopke e sua obra em Petrópolis*. Petrópolis, IHP, 1997). Henrique era, inclusive,

que as suas observações tinham como foco a análise da natureza, sem deter-se em cenários desagradáveis como a escravidão. É que ela, encantada com a vegetação nativa e o aroma das flores, escreveu que gostava de apreciar a floresta de forma poética e o fazia com prazer porque “dissipava os meus sentidos das coisas que me afetavam”, citando o exemplo das “moscas feias que naturalmente fazem da vida algo pior e desconfortável”. Algumas páginas a seguir, durante uma ida à estação de trem de Entre Rios (Três Rios), já no Vale do Paraíba, referiu ter observado uma fazenda “com tantos negros cultivando que nunca na vida tinha visto tantas moscas quanto havia negros naquele campo”²⁰. Ao comparar os escravizados a moscas, a autora deixa antever que esta era mais uma questão que preferia ignorar para dissipar os seus sentidos, residindo aqui uma possível explicação para o fato dos trabalhadores escravizados praticamente não serem mencionados nas suas memórias.

Como já indicado por Lucas Ventura da Silva²¹, Petrópolis de fato tinha menos cativos do que outras regiões da província fluminense. Isso provavelmente deveu-se ao caráter quase exclusivamente urbano da sua escravidão, em contraste com as grandes plantações das regiões do Vale do Paraíba, por exemplo – cabe ressaltar que Petrópolis, apesar de atravessada por um dos afluentes do rio Paraíba do Sul, não abrigou grandes plantações de café, dado estar situada numa região onde a produtividade era menor do que nas áreas mais baixas –, mas também pelo fato do desenvolvimento da cidade ter se iniciado num período posterior ao encerramento do tráfico externo de escravizados – Petrópolis tornou-se oficialmente município em 1857. Em 1872, já num período de gradual redução do trabalho escravo no Brasil, cerca de 6% dos 7 mil habitantes de Petrópolis eram escravizados. Para comparação, as freguesias urbanas do Rio de Janeiro, em 1872, tinham uma população de 228 mil, sendo 16% escravizada²².

Essa percentagem de 6%, naturalmente, não inclui negros livres e libertos que viviam e trabalhavam na cidade – dezenas de africanos livres, por

um dos acionistas do periódico petropolitano *O Parahyba*. No Kopke, de acordo com notícia publicada no dia 20 de dezembro de 1859 neste mesmo periódico, os alunos eram instruídos em disciplinas como francês, inglês, aritmética, álgebra, latim e geografia.

²⁰ GELABERT, Carmen Olivier de. *Viaje Poética a Petrópolis*. Rio de Janeiro, Imprensa del Apostol, 1872, pp. 129-153.

²¹ SILVA, Lucas Ventura da. *Movimentando a abolição: sociabilidades, emancipação e liberdade na Petrópolis imperial (1884-1888)*. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2023, p. 71.

²² *Recenseamento da população do Império do Brasil de 1872*. Disponível em: <https://dataspace.princeton.edu/handle/88435/dsp01h989r5980>.

exemplo, trabalhavam em Petrópolis em obras como a da Picada do Paty do Alferes e a da estrada da Serra da Estrela, conforme nos mostram os jornais²³. Aliás, de acordo com os livros de óbitos de 1866-1886²⁴, pode-se estimar que para cada dez negros em Petrópolis, quatro eram escravizados, quatro eram livres e dois eram libertos.

Os 6 pontos percentuais provavelmente também não compreendiam muitos dos escravizados que permaneciam temporadas em Petrópolis e depois regressavam ao Rio de Janeiro com a elite fluminense, dentro do movimento que existia entre a capital brasileira e a capital de verão da corte. “Anualmente se estabelece uma corrente de emigração da Corte para Petrópolis”, conforme testemunhou um cronista do periódico *O Parahyba*, em 1858²⁵. O trajeto para Petrópolis começava por uma barca a vapor saindo do Rio de Janeiro em direção a Mauá, seguindo daí para a raiz da Serra da Estrela pela estrada de ferro (inaugurada em 1854), com a subida da serra sendo feita por carruagens – em 1883 a estrada de ferro ganhou extensão até o topo da serra. Aliás, existia uma terceira classe na venda de passagens para Petrópolis, nos seus vários trechos, que comportava os escravizados e os trabalhadores que quisessem tirar os calçados²⁶, o que sugere que era comum o trânsito de cativos entre Rio de Janeiro e Petrópolis na altura.

Há outras indicações desse fato nos jornais da época, sobretudo nos anúncios. Passamos a citar alguns exemplos. Em 1854, fugiu de Petrópolis “a escrava Jesuína, crioula”, tendo o seu senhor indicado um endereço no Rio de Janeiro, na Rua da Quitanda, e outro em Petrópolis, uma chácara na Rua de Joinville, para quem tivesse informações²⁷. Em 1858, um anunciante informava ter identificado um fugitivo “negro de nome Joaquim, nação Moçambique, com o dedo grande do pé direito torto”, querendo saber do proprietário “o quanto oferece de alvissaras para se lhe darem informações”²⁸. Semanas depois, Geraldo da Silva Correa, que residia na capital, publicou um anúncio oferecendo “100\$000 de gratificação se, se verificar que o preto Joaquim de nação Moçambique, com o dedo grande do pé direito torto, é o seu escravo

²³ No dia 24 de março de 1859, *O Parahyba* publicou que havia 36 africanos livres ao serviço da estrada normal da Serra da Estrela.

²⁴ CARDOSO, Camilla Vieira Sayão. *Africanos e descendentes na sociedade petropolitana (1866-1886): principais aspectos da saúde e da doença*. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, Fiocruz, 2022, p. 57.

²⁵ *O Parahyba*, 24 de fevereiro de 1858.

²⁶ KLUMB, Henry. *Doze horas em diligência. Guia do viajante de Petrópolis a Juiz de Fora*. Rio de Janeiro, Editor J. J. da Costa Pereira Braga, 1872.

²⁷ *Diário do Rio de Janeiro*, 14-15 de abril de 1854.

²⁸ *O Parahyba*, 14 de fevereiro de 1858.

que tem fugido há algum tempo”²⁹. No ano seguinte, a delegacia de polícia da cidade de Petrópolis informava “que se acha preso desde o dia 14 de outubro o preto João, que diz ser escravo de José Porfírio, morador na Rua da Quitanda, no Rio de Janeiro, e que diz estar fugido há quatro anos”³⁰. Também no Rio de Janeiro, em 1860, procurava-se por Filipe, de nação Cabinda, que, apesar de ser escravizado por um Joaquim Martins Côrrea, do Rio de Janeiro, foi em Petrópolis que fugiu na madrugada do dia 29 do mês de julho³¹. Em 1867, um escravizado natural do Sergipe chamado Manuel fugiu em Petrópolis, mas o anunciante que o procurava tinha como endereços a Rua dos Pescadores, no Rio de Janeiro, e a dos Protestantes, em Petrópolis³². Em 1881, José, natural de Pernambuco, foi preso em Petrópolis, sendo ele “escravo de J. A. Abreu”, morador no Rio de Janeiro³³. Exemplos variados que indiciam escravizados associados a senhores da capital e que, antes da fuga, provavelmente faziam regularmente o trânsito Rio-Petrópolis e vice-versa.

Anúncios impressos na capital também solicitavam trabalhadores, geralmente escravizados, a famílias ou estabelecimentos em Petrópolis. Assim, em 1859, precisava-se de “um preto cozinheiro do trivial para uma família em Petrópolis. Para tratar na Rua do Rosário, n.º 33 B”³⁴. Em distintos momentos, anunciava-se, por exemplo, que se procurava comprar “uma ótima e excelente mucama”³⁵, um “preto bom jardineiro”³⁶, “um preto perfeito padeiro”³⁷, e alugar um “bom cozinheiro de forno e fogão”³⁸, todos para Petrópolis.

As áreas urbanas por vezes absorviam escravizados fugitivos dos arreadores. É que havia nas cidades “certa margem de sombra e de resguardo que atraía escravos e ex-escravos, somando-os em aglomerações que desafiavam o controle das classes dominantes”³⁹, pois nem sempre era possível “saber pela aparência a condição social de uma pessoa”, conforme indica Sidney

²⁹ O *Parahyba*, 28 de março de 1858.

³⁰ O *Parahyba*, 31 de outubro de 1859.

³¹ *Jornal do Commercio*, 27 de agosto de 1860.

³² *Jornal do Commercio*, 20 de abril de 1867.

³³ *Mercantil*, 30 de novembro de 1881.

³⁴ *Jornal do Commercio*, 4 de junho de 1859.

³⁵ *Jornal do Commercio*, 5 de fevereiro de 1867.

³⁶ *Jornal do Commercio*, 9 de maio de 1856.

³⁷ *Jornal do Commercio*, 16 de junho de 1855.

³⁸ *Jornal do Commercio*, 11 de maio de 1870.

³⁹ DIAS, Maria Odila da Silva. “Nas fímbrias da escravidão urbana: negras de tabuleiro e de ganho”. In *Estudos Econômicos*, São Paulo, 1985, vol. 15, pp. 93-94.

Chalhoub⁴⁰. Ainda que menor do que outras regiões urbanas, a pequena urbe petropolitana teve nas suas ruas fugitivos do cativo vindos de outras localidades. Veja-se um anúncio de 1873, publicado no *Diário de Minas*, impresso em Ouro Preto, informando que José Marciano da Silva Brandão, dono de uma fazenda em Simão Pereira, procurava pelo “escravo Ricardo, de 35 anos”, em fuga há seis meses e que “quando foge procura a cidade de Petrópolis, onde tem parentes”⁴¹. Já o *Mercantil*, periódico petropolitano, em 1875, avisava que estava na cadeia Antônio, pardo, que dizia “ser escravo de Neto, morador em Cantagalo”⁴². Em 1879, um anúncio semelhante informava a prisão em Petrópolis de Amaro, “escravo do Dr. José Caetano de Almeida, da fazenda da Vitória, município de Vassouras”⁴³.

Reunimos aqui alguns indícios de que, apesar da menor presença de escravizados em comparação a outras regiões fluminenses, Petrópolis não foi um espaço livre das amarras da escravidão. No próximo item, continuaremos a usar os periódicos impressos como fontes, mas desta vez, através de uma sistematização dos anúncios, procuraremos mostrar de forma mais clara a relevante presença africana na Petrópolis oitocentista.

A escravidão petropolitana através dos jornais

Os periódicos impressos e os seus anúncios têm sido destacados como uma fonte rica para a compreensão dos “cantos escondidos da escravidão”, utilizando uma expressão do historiador Tom Costa⁴⁴. A análise sistemática dos anúncios publicados na imprensa, sobretudo em regiões com ampla presença de escravizados, como era o caso do Brasil, pode fornecer informações quantitativas e qualitativas preciosas para um melhor entendimento da dinâmica das sociedades escravistas, conforme têm feito alguns autores⁴⁵. Diante disso, para entender melhor o caso petropolitano, analisaremos os anúncios de

⁴⁰ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990, p. 213.

⁴¹ *Diário de Minas*, 5 de maio de 1873.

⁴² *Mercantil*, 6 de janeiro de 1875.

⁴³ *Mercantil*, 9 de julho de 1879.

⁴⁴ COSTA, Tom. “What can we learn from a digital database of runaway slave advertisements?”. In *International Social Science Review*, Winfield, 2001, vol. 76, n.º 1/2, p. 38.

⁴⁵ GOMES, Flávio dos Santos. “Jogando a rede, revendo as malhas: Fugas e fugitivos no Brasil Escravista”. In *Tempo*, Niterói, 1996, vol. 1, n.º 1, pp. 67-93; MOTT, Luiz. “O escravo nos anúncios de jornal de Sergipe. 1833-1864”. In *Sergipe colonial e imperial: religião, família, escravidão e sociedade: 1591-1882*. São Cristóvão, UFS, 2008; PIRES, João Victor Ribeiro. “A escravidão como um negócio disseminado no jornal da Corte de D. João VI no Rio de Janeiro (1808-1821)”. In *Anuário de Estudos Americanos*, Sevilha, 2022, vol. 79, n.º 1, p. 171-204.

uma das primeiras publicações periódicas da cidade, *O Parahyba*, inaugurado em dezembro de 1857, tendo circulado até o fim de 1859. Impresso na Rua do Imperador, n.º 51, duas vezes por semana, circulava também em diversas regiões do Vale do Paraíba. A publicação de anúncios nas suas páginas custava 80 réis por linha e a assinatura anual, 10.000 réis para Petrópolis e 12.000 réis a assinantes de outras regiões.

Ao examinarmos as 202 edições d'*O Parahyba*, impressas entre 1857 e 1859⁴⁶, localizamos 832 distintos anúncios publicados no periódico. Em termos geográficos, podemos organizar da seguinte forma as propagandas: 85% eram referentes a comércios e transações dentro das fronteiras de Petrópolis ou arredores próximos, como Paty do Alferes, São José do Vale do Rio Preto e Secretário. Apareciam também regiões como Bemposta (4%) e Paraíba do Sul (3%), relativamente próximas a Petrópolis. *O Parahyba* também publicou anúncios oriundos do Rio de Janeiro (4%). Com presença minoritária, temos Campos, Cantagalo, Juiz de Fora, Magé, Mar de Espanha, Valença e Vassouras.

Em contraste com os relatos de viagens e com a historiografia dominante sobre a cidade de Petrópolis, a sistematização destes anúncios revela uma presença significativa da escravidão no cotidiano petropolitano, conforme a tabela 1. Variam as tipologias das propagandas impressas no periódico, compreendendo uma diversidade de áreas, muitas relacionadas ao processo de desenvolvimento da urbe. Podemos citar como exemplos os comércios de livros e carruagens, os anúncios de oportunidades de emprego (professores, jardineiros, carroceiros, cozinheiros, criados), os avisos de eventos (bailes no Hotel Bragança, espetáculos no Teatro Progresso Petropolitano), além dos anunciantes que publicitavam as suas competências e ofereciam os seus serviços aos leitores (médicos, professores, advogados, fotógrafos, tintureiros, relojoeiros, marceneiros, correeiros, serralheiros) e das negociações imobiliárias (casas, terrenos, prazos), fruto do interesse que a cidade atraiu por causa da periódica presença física da corte – a chegada de uma corte real é capaz de impactar o mercado imobiliário de uma cidade, como aconteceu ao Rio de Janeiro após a chegada do príncipe Dom João em 1808⁴⁷. Mesmo com esse mosaico de anúncios publicados, os mais frequentes foram aqueles relacionados com a compra, venda e aluguel de pessoas escravizadas ou anúncios de fugas de cativos, que também tinham uma componente comercial, pois incluíam

⁴⁶ Nove números em 1857, 103 em 1858 e 90 em 1859.

⁴⁷ PIRES, João Victor Ribeiro. “Comércio intenso e preços em alta: o mercado imobiliário no Rio de Janeiro joanino (1808-1821)”. In *Mosaico*, Goiânia, 2021, vol. 14, n.º 1.

quase sempre os valores que os anunciantes ofereciam como gratificação a quem localizasse o fugitivo.

Tabela 1: Anúncios publicados no periódico *O Parahyba*, em Petrópolis, 1857-1859

Tipologia de anúncio	Número de inserções	Porcentagem
Escravizados	114	13,5%
Imóveis	77	9%
Oferta de serviços	75	9%
Oportunidades de emprego	65	8%
Eventos	65	8%
Animais	59	7%
Créditos, dívidas	53	6%
Alimentos e consumíveis	43	5%
Artigos perdidos	43	5%
Móveis ou utensílios de casa	31	3,5%
Carruagens e transportes	30	3,5%
Livros e publicações impressas	25	3%

Fonte: *O Parahyba*, 1857-1859

Analisando os números, dos 832 anúncios tabulados, 69 referem-se à fuga de escravizados e 45 à compra, venda ou aluguel. Ou seja, 114 publicações publicitárias, ou 13,5% do total, estavam diretamente associadas à escravização na região. Dos 45 anúncios comerciais escravocratas, 44 são referentes a Petrópolis e proximidades – qualquer análise de uma pequena urbe como Petrópolis precisa ter em conta a ruralidade circundante, que, no caso petropolitano, eram regiões como Secretário, Paty do Alferes e São José do Vale do Rio Preto – e um a Bemposta. Dentre os anúncios de fuga, 44, ou 64%, são referentes a Petrópolis e proximidades, além de oito referentes a Bemposta, cinco a Paraíba do Sul, cinco a Campos, três ao Rio de Janeiro, um a Juiz de Fora, um a Cantagalo, um a Magé e um que indica uma fuga que teria acontecido em Minas.

Para Flávio Gomes, “talvez fugir tenha sido a forma mais comum de protesto”⁴⁸. Nas cidades, como já referimos, com africanos livres, libertos e escravizados trabalhando no dia a dia, nem sempre era fácil identificar um

⁴⁸ GOMES, Flávio dos Santos. *Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil*. São Paulo,

fugitivo. Os anúncios da imprensa serviam como ferramenta de auxílio a esta localização. Os escravizadores publicavam anúncios detalhados e informavam valores de recompensa aos eventuais capturadores. Machado de Assis se inspirou na rotina de um capturador de fugitivos para escrever o conto *Pai Contra Mãe*: “Cândido Neves lia os anúncios, copiava-os, metia-os no bolso e saía às pesquisas”, narra Machado, que indica a função como “um ofício do tempo”⁴⁹.

Essa paisagem se reproduziu em Petrópolis, quer na região mais urbana quer nos arredores rurais. Ao folhear as páginas de anúncios d’*O Parahyba* lemos fugas variadas. No Alto da Serra, fugiu no dia 13 de fevereiro de 1858 a Luiz José Fernandes de Azevedo “um escravo de nome Justino” que era “oficial de marceneiro”⁵⁰. Em junho, segundo o mesmo jornal, a polícia acreditava “que o autor do último arrombamento da casa da agência foi um escravo do Sr. Luiz José Fernandes de Azevedo, e que ela se esforça por capturar o delinquente, que anda fugido”⁵¹. Havia casos em que os escravizados tinham “licença para passear”. Rita aproveitou-se disso para escapar do cativeiro⁵². Existia, por isso, um receio em permitir os passeios dos cativos, de modo que um anunciante indicava a possibilidade de alugar “uma preta que cozinha o trivial, cose, engoma e faz todo o mais serviço de casa; com a condição de não sair só à rua”⁵³.

O núcleo comercial de Petrópolis era a Rua do Imperador. O guia de viagem de Carlos Augusto Taunay descreve-a como um local onde “os edifícios servem antes para hotéis, oficinas, lojas, armazéns, padarias, tendas de carneiros, cocheiras”⁵⁴. O trabalho escravo era disseminado nesses estabelecimentos e os anúncios trazem alguns indícios. O Hotel de Hamburgo, na Rua do Imperador, valia-se de “uma preta para todo o serviço”⁵⁵. Três lojas nos números 18, 21 e 56, procuravam por escravizados cozinheiros para trabalhar⁵⁶. Nos números 36 e 56, procuravam-se escravizadas para tomar conta

Claro Enigma, 2015, p. 9.

⁴⁹ ASSIS, Machado de. *Machado de Assis: contos e crônicas*. Rio de Janeiro, Malê, 2019.

⁵⁰ *O Parahyba*, 8 de abril de 1858.

⁵¹ *O Parahyba*, 3 de junho de 1858.

⁵² *O Parahyba*, 18 de julho de 1858.

⁵³ *O Parahyba*, 8 de abril de 1858.

⁵⁴ TAUNAY, Carlos Augusto. *Viagem Pitoresca a Petrópolis*. Rio de Janeiro, Eduardo & Henrique Laemmert, 1862, p. 26.

⁵⁵ *O Parahyba*, 2 de outubro de 1859.

⁵⁶ *O Parahyba*, 9 de maio de 1858; *O Parahyba*, 16 de maio de 1858; *O Parahyba*, 22 de julho de 1858.

de crianças⁵⁷, enquanto no número 3 “compram-se escravos, preferindo-se pretos fortes ainda que sem ofício”⁵⁸.

Espaços que serviram como mercados de escravos também existiram na Rua do Imperador. Enquanto durou, o Clube do Comércio, que funcionava no n.º 16, esquina com a Rua D. Januária, terá sido um dos principais. Anunciava-se que “no Clube do Comércio alugam-se, compram-se e vendem-se escravos”. Publicado pela primeira vez no dia 18 de fevereiro de 1858, este aviso foi repetido 17 vezes no *Parahyba* até setembro de 1858. É que no dia 30 de setembro o estabelecimento foi vendido para um “novo possuidor”. A 20 de novembro de 1859, o jornal informava que “uma casa de sobrado, onde ficava o Clube do Comércio”, estava disponível para aluguel. Além do Clube e de diversas outras pessoas na rua que faziam vendas individuais, existiu também numa das lojas do n.º 56 o escritório e agência de Olive e Irmãos, que além de agenciar a compra e venda de imóveis, incumbiam-se também “de procurar oficiais de ofícios, criados livres e escravos, amas de leite, etc.”⁵⁹. Quem quisesse comprar “cobertores para escravos”, podia encontrá-los na loja de Inácio José da Silva, no n.º 50⁶⁰.

O trabalho escravo, no entanto, não existia apenas na principal artéria petropolitana. Na Rua D. Januária, uma padaria francesa tinha um escravizado chamado Firmino, de “nação Congo”, a trabalhar como forneiro. Firmino, aliás, fugiu da padaria em janeiro de 1859⁶¹. Sabemos também que o Hotel da Presidência tinha a seu serviço “oito bons escravos”⁶², além do Hotel Inglês, que ficamos a saber, via um anúncio de fuga publicado no Rio, que, em 1864, tinha um “escravo de nome Manuel, pardo, natural da Bahia”⁶³.

Tal como em outras regiões urbanas, os anunciantes em Petrópolis, preocupados em localizar escravizados fugitivos, publicavam anúncios de fuga extremamente detalhados, permitindo obter algumas informações sobre o cotidiano dos cativos, como, por exemplo, os trabalhos que exerciam e a presença de castigos no dia a dia. Em 1858, Rita, uma escravizada de nação Benguela, fugiu da casa de Jorge Karmm, na Vila Teresa, com “muitos sinais de castigo no corpo”. Em 1859, “no dia 19 de março fugiu da Rua de D. Januária,

⁵⁷ O *Parahyba*, 27 de junho de 1858; O *Parahyba*, 27 de janeiro de 1859

⁵⁸ O *Parahyba*, 17 de junho de 1858.

⁵⁹ O *Parahyba*, 28 de outubro de 1858.

⁶⁰ O *Parahyba*, 11 de julho de 1858.

⁶¹ O *Parahyba*, 6 de janeiro de 1859.

⁶² O *Parahyba*, 31 de março de 1859.

⁶³ *Jornal do Commercio*, 19 de abril de 1864.

n.º 14, um preto, pedreiro, de nação Moçambique, idade 45 anos, tem uma quebradura e falta de dentes na frente”⁶⁴. A partir de um anúncio publicado no Rio de Janeiro, no *Jornal do Commercio*, sabemos que o “escravo de nome Martinho, de nação Sofala, idade pouco mais ou menos 40 anos, costumava vender quitanda junto à ponte na Rua do Imperador”, em Petrópolis. O anunciante procurava pelo indivíduo que andava fugido desde 8 de março de 1860 e avisava que ele tinha “sinais de ter levado surra e é já acostumado a fugir”⁶⁵. Quem também vendia quitanda em Petrópolis era o “preto Felipe, de nação Inhambane”, descrito como quitandeiro e pedreiro, que fugiu no dia 20 de fevereiro de 1863⁶⁶. Cozinheiro de nação Moçambique, José fugiu da Rua D. Januária, n.º 21, em Petrópolis, e desconfiava-se que tinha passado para a Corte⁶⁷.

As informações desses anúncios permitem ainda localizar cativos em obras particulares. Roberto, que “trabalhou na obra da Casa dos Seis Bilhares nesta cidade, e numa obra junto ao moinho da Renânia, defronte da moradia do seu senhor”, fugiu de Petrópolis “pela estrada Mauá”⁶⁸. É através de um anúncio de fuga que ficamos a saber que o escravo de nome José Pernambuco esteve em obras do palacete da Rua D. Afonso, de Joaquim Antônio dos Passos, um dos mais ricos comerciantes da região⁶⁹.

As obras particulares não eram, pelo menos entre os escravizados anunciados, a ocupação mais frequente. Localizamos nos anúncios d'O *Parahyba* 25 diferentes ocupações informadas, sendo notória a concentração de determinados serviços domésticos entre as escravizadas mulheres, tais como engomadeira, lavadeira, cozinheira e costureira: a função de engomar foi referida 13 vezes no período estudado; a de cozinhar, 12; lavar, 11; e costurar – ou coser –, sete. Outras funções apareceram, como ensaboar, duas vezes mencionada; fazer compras e cuidar de crianças, uma vez referida cada. Há também referências generalizantes como “todo o mais serviço de casa” ou “arranjos de uma casa”.

Em relação aos cativos do sexo masculino, os serviços são menos concentrados e mais variados. A função de cozinheiro foi a que mais vezes

⁶⁴ O *Parahyba*, 10 de abril de 1859.

⁶⁵ *Jornal do Commercio*, 27 de abril de 1860.

⁶⁶ *Jornal do Commercio*, 11 de março de 1863.

⁶⁷ *Jornal do Commercio*, 3 de abril de 1864.

⁶⁸ O *Parahyba*, 15 de novembro de 1859

⁶⁹ *Mercantil*, 22 de dezembro de 1875.

apareceu como indicação da função do indivíduo, com cinco referências n' *O Parahyba*. Os ofícios de carpinteiro, pedreiro, serrador, tropeiro, ferrador e o de responsável pelo serviço de horta aparecem, cada um, duas vezes indicados nos anúncios. Outras 11 funções são indicadas uma vez cada: marceneiro, alfaiate, responsável por recados, ferreiro, forneiro, copeiro, cabouqueiro, responsável pelo serviço de roça, pelo serviço de chácara, pela colocação de arreios e aplicação de remédios em animais. A função de cozinheiro chama a atenção por ser referida com frequência entre homens e mulheres, algo já notado em outras urbes, ainda que com proporções maiores: Rio de Janeiro e Niterói⁷⁰.

Além das ocupações, o que algumas notícias e anúncios permitem antever é a não passividade dos escravizados perante o cotidiano escravista. Em alguns casos descritos, os contornos tomados pela resistência exercida pelos escravizados foram alarmantes, ainda que, conforme escreve Keila Grinberg, “é preciso pensar se os crimes cometidos por escravos eram sempre atos de resistência contra a escravidão”⁷¹. Ainda que nem todo crime representasse luta consciente em prol da liberdade, a imprensa petropolitana registrou alguns casos de atos contra a lei que terão sido rotineiros na cidade.

O dr. Thomaz José da Porciúncula, diretor do Hospital de Petrópolis desde 1853, apareceu nas notícias d' *O Parahyba* depois de um dos seus escravizados dar “umas facadas num outro pertencente ao sr. Antônio José da Rocha Fragoso”⁷². O alemão Jacob Veit, no Quarteirão Darmstadt, também foi notícia, pois conservava “em seu poder um negro fugido, que outrora deu um tiro de pistola em um oficial de justiça”⁷³. Em março de 1859, noticiou-se um arrombamento na casa de detenção da cidade, a partir do qual fugiram três dos cinco presos: “o pardo Hermenegildo Marcolino Silvestre, desertor do 1.º batalhão de artilharia”, o “preto Ventura, escravo de D. Júlio Macke, detido à requisição de Antônio José Correia Lima” e “um outro mandado por suspeito de fugido, pela subdelegacia do 2.º distrito”⁷⁴. Outro caso ocorreu na Rua de D. Francisca, onde “foram encontrados dois pretos na cozinha de uma casa”. Expulsos pelo cozinheiro da casa, “foi este depois atacado por eles defronte

⁷⁰ PIRES, João Victor Ribeiro. “Resistindo ao fogo: escravizados cozinheiros e a alta demanda anunciada nos periódicos fluminenses do século XIX”. In *Perspectivas Afro*, Cartagena de Indias, 2024, vol. 4, n.º 1, pp. 39-58.

⁷¹ GRINBERG, Keila. “Castigos físicos e legislação”. In SCHWARCZ, Lília; GOMES, Flávio dos Santos. *Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo, Companhia das Letras, 2018.

⁷² *O Parahyba*, 24 de dezembro de 1857.

⁷³ *O Parahyba*, 14 de fevereiro de 1858.

⁷⁴ *O Parahyba*, 10 de março de 1859.

do barracão contíguo à diretoria, e tê-lo-iam espancado mais se ao barulho não tivesse acudido o sr. Lopes”. A notícia terminava pedindo medidas mais rígidas do que as que foram tomadas contra “os três pretos da diretoria, que tendo sido encontrados com facas e canivetes, sofreram apenas uma noite de prisão”⁷⁵.

Na seção “Crônica Judiciária” d’*O Parahyba* informava-se que o “escravo Roque, acusado pela justiça de crime de ferimentos graves”, foi condenado “a sofrer 300 açoites e trazer ferro ao pescoço por espaço de um ano”⁷⁶. Mais tarde, outra notícia informava a morte de “Mm. Pegels, sogra do sr. dr. Thouzet”, vítima de um “envenenamento de alimentos vindos da corte”. Vicente, um escravizado, era suspeito do crime, segundo a notícia, que também indicava a crença de que Vicente já estava preso⁷⁷. Os últimos exemplos ilustram um paradoxo que, conforme Hebe Mattos e Keila Grinberg⁷⁸, persistiu durante toda a vigência da escravidão brasileira: os escravizados serem, juridicamente, coisa e pessoa ao mesmo tempo, pois ao passo que o regime da escravidão permitia a posse e propriedade de pessoas escravizadas, também previa que os cativos deveriam responder judicialmente pelos crimes.

Considerações finais

Percebe-se que, devido a um maior número de anúncios ligados ao centro urbano, as características da escravidão anunciadas em Petrópolis, respeitando as devidas proporções, têm um caráter que se assemelha às dinâmicas escravistas das regiões urbanas brasileiras do século XIX. Nota-se, sobretudo no caso das mulheres escravizadas, que a expressão “tanques, fogões e vassouras”, usada por Leila Algranti para classificar as funções da escravidão urbana⁷⁹, reproduziu-se no alto da serra, além do fato dos cozinheiros predominarem em Petrópolis tal como predominaram em outras cidades fluminenses. Nas áreas urbanas, conforme sugere Flávio Gomes⁸⁰, numa análise do Rio de Janeiro, alguns senhores consideravam como costumeiras e previsíveis

⁷⁵ *O Parahyba*, 28 de outubro de 1858.

⁷⁶ *O Parahyba*, 28 de março de 1858.

⁷⁷ *O Parahyba*, 31 de março de 1859.

⁷⁸ MATTOS, Hebe; GRINBERG, Keila. “Código Penal Escravista e Estado”. In SCHWARCZ, Lilia; GOMES, Flávio dos Santos. *Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo, Companhia das Letras, 2018.

⁷⁹ ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente. Estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro*. Petrópolis, Editora Vozes, 1988, p. 83.

⁸⁰ GOMES, Flávio dos Santos. “Jogando a rede, revendo as malhas: Fugas e fugitivos no Brasil Escravista”. In *Tempo*, Niterói, 1996, vol. 1, n.º 1, pp. 67-93.

as fugas temporárias, de modo que “esperavam um determinado tempo em que contavam com o eventual retorno dos escravos”. Não terá sido diferente em Petrópolis. Se analisarmos os avisos, que por norma informavam desde quando estava fugido o indivíduo, vemos anúncios que surgiram semanas depois do “desaparecimento” do cativo⁸¹.

Outras características da escravidão urbana podem ser vistas em Petrópolis, como a mão de obra escrava nos setores de serviços urbanos, como são os casos dos hotéis, padarias, obras etc. Nas cidades, “as evasões foram abundantemente noticiadas por meio de anúncios, cotidianamente publicados nos jornais”⁸², e vimos que em Petrópolis o mesmo fenômeno se verificou. Até mesmo o comércio miúdo pelas ruas, feito pelos chamados quitandeiros e quitandeiras⁸³, em alguma medida pode ser visto a partir de dois cativos citados que vendiam quitanda em Petrópolis.

Ao longo deste artigo procuramos mostrar que a escravidão em Petrópolis foi mais aplicada do que se tem registrado nos estudos históricos sobre a cidade. Mostramos também que, tal como nos ensinou Robert Slenes, não podemos nos enganar com o olhar enviesado dos observadores e viajantes estrangeiros do século XIX. Para o caso de Petrópolis, se considerarmos, por exemplo, a descrição que nos foi dada pelo francês Carlos Augusto Taunay em 1862, vimos com a nossa pesquisa que a escravidão em Petrópolis não foi dócil, o dono não foi complacente e gritos e pancadas foram ouvidos. Charles Ribeyrolles, de passagem por Petrópolis, elogiou a imprensa da “cidade nascente”, que “tem denunciado a negligência e a inépcia que se compraz com esses precipícios”, revelando que “*O Parahyba*, principalmente, faz rude guerra”⁸⁴. Tivesse o francês lido de forma mais atenta alguns anúncios do periódico, certamente teria mais a dizer sobre a escravidão local do que o pouco ou nada que escreveu. Ainda que não tenha sido numa dimensão semelhante à de outras regiões fluminenses, a escravidão ocupou um espaço marcante na sociedade petropolitana oitocentista, conforme as estatísticas dos anúncios dos jornais permitem observar.

⁸¹ Para citar dois casos anunciados n’*O Parahyba* e referidos neste artigo: o anúncio da fuga do “preto, pedreiro, de nação Moçambique” foi feito quase um mês depois, enquanto Luiz José Fernandes de Azevedo anunciou a fuga de um marceneiro quase dois meses depois.

⁸² SCHWARCZ, Lília; GOMES, Flávio dos Santos. “Introdução”. In *Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo, Companhia das Letras, 2018.

⁸³ SOARES, Luiz Carlos. *Urban slavery in nineteenth century Rio de Janeiro*. Londres, Tese de doutorado, University of London, 1988, p. 184.

⁸⁴ RIBEYROLLES, Charles. *Brasil Pitoresco*. Tomo II. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1859, p. 171.

Recorrendo à proposta analítica de Roderick Barman⁸⁵, Petrópolis de fato existia em conjunto e virtualmente em simbiose com o Rio de Janeiro, uma espécie de apêndice da capital do Império. Neste cenário, fez parte de um espaço de circulação da elite próxima à corte, mas também de negros escravizados que trabalharam em setores urbanos diversos. Os números apresentados neste trabalho e as perspectivas de análise propostas permitem que a visão histórica que se tem da presença africana e afrodescendente na Petrópolis oitocentista seja repensada. Se a historiografia mostra que a urbanização brasileira no século XIX é indissociável da escravidão, Petrópolis não fugiu à regra.

Referências:

AULER, Guilherme. *Famílias germânicas da Imperial Colônia de Petrópolis*. Petrópolis: Tribuna de Petrópolis, 1962.

ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro*. Petrópolis: Editora Vozes, 1988. p. 83.

ANGELO, Elis Regina Barbosa. Os portugueses na formação de Petrópolis, cidade imperial: marcas, expressões e memórias urbanas. *População e Sociedade*, Porto, v. 25, 2016, p. 87–104.

BARMAN, Roderick. Imperial Cities and Seasonal Residences: Petrópolis, Summer Capital of Brazil (1843–1889), and its European Counterparts. *The Court Historian*, London, v. 13, n. 1, 2008, p. 3–20; p. 20.

BARMAN, Roderick. Imperial Cities and Seasonal Residences: Petrópolis, Summer Capital of Brazil (1843–1889), and its European Counterparts. *The Court Historian*, London, v. 13, n. 1, 2008, p. 20.

CAMERON, Tomas. *Os estabelecimentos úteis de Petrópolis*. Petrópolis: Tipografia de B. P. Sudré, 1879.

CARDOSO, Camilla Vieira Sayão. *Africanos e descendentes na sociedade petropolitana (1866-1886): principais aspectos da saúde e da doença*. 2022. Dissertação (Mestrado em História) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro. p. 28; p. 57.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 213.

⁸⁵ BARMAN, Roderick. “Imperial Cities and Seasonal Residences: Petrópolis, Summer Capital of Brazil (1843–1889), and its European Counterparts”, In *The Court Historian*, London, 2008, vol. 13, n.º 1, pp. 3-20.

COPELLO, Jorge Olmar Marialva. *Emigrantes alemães e a sua inserção no processo histórico de formação da Povoação Palácio de Petrópolis (1845-1886)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Centro Universitário Monte Serrat (UNIVERSO), Niterói.

COSTA, Tom. What can we learn from a digital database of runaway slave advertisements? *International Social Science Review*, Winfield, v. 76, n. 1/2, 2001, p. 38.

DIAS, Maria Odila da Silva. Nas fimbrias da escravidão urbana: negras de tabuleiro e de ganho. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 15, 1985, p. 93–94.

DIAS, Paola Vanessa Gonçalves. *Do apagamento à fala pública: a memória negra em Petrópolis a partir da trajetória do Quilombo da Tapera*. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

GELABERT, Carmen Olivier de. *Viaje poética a Petrópolis*. Rio de Janeiro: Imprensa del Apostol, 1872. p. 129–153.

GOMES, Flávio dos Santos. Jogando a rede, revendo as malhas: fugas e fugitivos no Brasil escravista. *Tempo*, Niterói, v. 1, n. 1, 1996, p. 67–93.

GOMES, Flávio dos Santos. Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo: Claro Enigma, 2015. p. 9.

GOMES, Flávio dos Santos; SCHWARCZ, Lilia. “Introdução”. In: SCHWARCZ, Lilia; GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

GRINBERG, Keila. Castigos físicos e legislação. In: SCHWARCZ, Lilia; GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HEBE MATTOS; GRINBERG, Keila. Código Penal Escravista e Estado. In: SCHWARCZ, Lilia; GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

KIDDER, Daniel P.; FLETCHER, James. *Brazil and the Brazilians: portrayed in historical and descriptive sketches*. Philadelphia: Childs & Peterson, 1857. p. 301.

KLUMB, Henry. *Doze horas em diligência: guia do viajante de Petrópolis a Juiz de Fora*. Rio de Janeiro: Editor J. J. da Costa Pereira Braga, 1872.

MATTOS, Hebe; GRINBERG, Keila. “Código Penal Escravista e Estado”. In: SCHWARCZ, Lilia; GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

MAURO, Frédéric. *O Brasil no tempo de Dom Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 190.

MAUAD, Ana Maria. Imagem e autoimagem do Segundo Reinado. In: NOVAIS, Fernando A. (org.). *História da vida privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MULLER, Mariza. *Os portugueses na formação de Petrópolis*. Edição do autor, 2019.

PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo. p. 243.

PEDROSO, Margarida Maria Mendes. *Petrópolis: de povoação a colônia a elevação à categoria de cidade: um estudo sobre sua formação urbana*. 2014. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – PUCRio, Rio de Janeiro.

PIRES, João Victor Ribeiro. A escravidão como um negócio disseminado no jornal da Corte de D. João VI no Rio de Janeiro (1808-1821). *Anuario de Estudios Americanos*, Sevilha, v. 79, n. 1, 2022, p. 171-204.

PIRES, João Victor Ribeiro. Comércio intenso e preços em alta: o mercado imobiliário no Rio de Janeiro joanino (1808-1821). *Mosaico*, Goiânia, v. 14, n. 1, 2021.

PIRES, João Victor Ribeiro. Resistindo ao fogo: escravizados cozinheiros e a alta demanda anunciada nos periódicos fluminenses do século XIX. *Perspectivas Afro*, Cartagena de Indias, v. 4, n. 1, 2024, p. 39-58.

RIBEYROLLES, Charles. *Brasil pitoresco. Tomo II*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1859. p. 145; 152; 171.

RODRIGUES, Maria das Graças Duvanel. Os imigrantes alemães e a construção da educação na Petrópolis colônia. In: LUCHESE, T. A.; KREUTZ, L. (org.). *Imigração e educação no Brasil: histórias, práticas e processos escolares*. v. 1. Santa Maria: UFSM, 2011.

SCHWARCZ, Lilia. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 116; 195-205.

SCHWARCZ, Lilia; GOMES, Flávio dos Santos. *Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SILVA, Lucas Ventura da. *Movimentando a abolição: sociabilidades, emancipação e liberdade na Petrópolis imperial (1884-1888)*. 2023. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. p. 71.

SILVA, Lucas Ventura da. Movimentando a abolição: sociabilidades, emancipação e liberdade na Petrópolis imperial (1884-1888). Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2023. p. 71.

**SOARES, Luiz Carlos. *Urban slavery in nineteenth century Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. University of London, 1988. p. 184.

TINOCO, José Nicolau. *Petrópolis – guia de viagem*. Rio de Janeiro: L. Winter, 1885.

TAUNAY, Carlos Augusto. *Viagem pitoresca a Petrópolis*. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1862. p. 26; 38.

Fontes consultadas:

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. 1415 abr. 1854.

DIÁRIO DE MINAS. 5 mai. 1873.

JORNAL DO COMMERCIO. 5 fev. 1867; 9 mai. 1856; 11 mai. 1870; 16 jun. 1855; 4 jun. 1859; 20 abr. 1867; 27 ago. 1860; 11 mar. 1863; 27 abr. 1860; 3 abr. 1864; 19 abr. 1864.

O PARAHYBA. 24 dez. 1857; 14 fev. 1858; 8 abr. 1858; 10 mar. 1859; 28 mar. 1858; 11 jul. 1858; 17 jun. 1858; 28 out. 1858; 3 jun. 1858; 16 mai. 1858; 22 jul. 1858; 27 jun. 1858; 27 jan. 1859; 2 out. 1859; 8 abr. 1858 (duplicado acima); 15 nov. 1859; 31 out. 1859.

MERCANTIL. 6 jan. 1875; 9 jul. 1879; 30 nov. 1881; 22 dez. 1875.

RECENSEAMENTO DA POPULAÇÃO DO IMPÉRIO DO BRASIL DE 1872. Disponível em: <https://dataspace.princeton.edu/handle/88435/dsp01h989r5980>. Acesso em: 13 jun. 2025.

Artigo recebido para publicação em 02/02/25 e aprovado em 29/05/25.